

Relatórios de sustentabilidade de companhias de capital aberto: compreendendo as práticas de divulgação de informações





Relatórios de sustentabilidade de companhias de capital aberto: compreendendo as práticas de divulgação de informações



Fundado em 27 de novembro de 1995, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), organização da sociedade civil, é referência nacional e uma das principais no mundo em governança corporativa. Seu objetivo é gerar e disseminar conhecimento a respeito das melhores práticas em governança corporativa e influenciar os mais diversos agentes em sua adoção, contribuindo para o desempenho sustentável das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade melhor.

Conselho de Administração

Presidente

Deborah Patricia Wright

Vice-presidentes

Cristina Lucia Duarte Pinho

Ricardo Mario Lamenza Alzogaray

Conselheiros

Antônio Carlos Bizzo Lima

Ênio Viana de Arêa Leão

Fabio Claro Coimbra

Maria Cecilia Andreucci Cury

Sérgio Ephim Mindlin

Simone Petroni Agra

Diretoria

Valeria Café

Adriane de Almeida

Lucas Legnare

Luiz Martha

Márcia Aguiar

Créditos

Esta pesquisa foi desenvolvida por Camila Cristina da Silva e Bárbara Galleli Dias.

Agradecimentos

À Vanessa Pinsky, que atuou na revisão da primeira versão desse relatório de maneira *pro bono*.

Aos pesquisadores contratados que auxiliaram no levantamento e extração dos dados dos relatórios de sustentabilidade: Ana Paula Alves Cruz, Fábio Luiz Papaiz Gonçalves, Helder Marcos e Keysa Manuela Cunha de Mascena.

Produção

Redação: Bárbara Galleli Dias e Camila Cristina da Silva; **Revisão de texto:** Oficina Só Português; **Revisão de provas:** Carolina Coletta e Susana Sales; **Supervisão de identidade visual:** Diogo Siqueira; **Projeto gráfico, diagramação e capa:** Kato Editorial; **Imagem da capa:** Adobe Stock.

Direitos reservados: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). É proibida a reprodução ou transmissão de qualquer trecho desta publicação sem autorização, em qualquer formato ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação, ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

I59g Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC
Relatórios de sustentabilidade de companhias de capital aberto [recurso eletrônico]:
compreendendo as práticas de divulgação de informações / Instituto Brasileiro de
Governança Corporativa – IBGC. – São Paulo, SP : IBGC, 2025.
51 p. ; PDF ; 1,943 MB.

Inclui índice.
ISBN: 978-65-85913-27-0 (Ebook)

1. Sustentabilidade. 2. Companhias de capital aberto. 3. Transparência. I. Título.

2025-1582

CDD 333
CDU 634.41

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade 333
2. Sustentabilidade 634.41

Sumário

1. Introdução	6	5. Considerações finais.....	44
2. Destaques.....	8	6. Metodologia.....	46
3. Perfil da Amostra	10	Referências	48
4. Análises.....	12	Apêndices	49
4.1 Panorama do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade	12		
4.2 Perspectiva estratégica para sustentabilidade.....	18		
4.3. Dimensão ambiental	22		
4.4. Dimensão social	29		
4.5 Dimensão governança	35		
4.6. Dimensão Diretrizes do TCU	41		

1. Introdução

A divulgação de relatórios de sustentabilidade tem como objetivo engajar e informar os *stakeholders* sobre as ações de responsabilidade social, ambiental e econômica realizadas pela organização. A implementação dessas ações demonstra que a organização busca, além de alcançar resultados financeiros positivos, gerar valor para a sociedade. Ao divulgar essas ações de forma transparente, a empresa reforça seu compromisso com a sustentabilidade. No entanto, a divulgação não deve envolver apenas a comunicação das ações de impacto positivo. É preciso ter transparência sobre os possíveis impactos negativos associados às operações da empresa, além das medidas adotadas para mitigá-los. Nesse sentido, os relatórios de sustentabilidade são documentos importantes para consolidar e divulgar essas informações.

Iniciativas em âmbito internacional buscaram padrões de relatoria para tornar o desempenho socioambiental mensurável e comparável ao longo

do tempo e entre as empresas.

O padrão com maior adesão globalmente é o proposto pela Global Reporting Initiative (GRI), que define uma estrutura de relatório de sustentabilidade baseando-se no desempenho organizacional social, ambiental e econômico, ou seja, o tripé da sustentabilidade. Além da GRI, outras iniciativas e recomendações se fortaleceram nos últimos anos, como o Relato Integrado e o Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Embora essas iniciativas sejam propostas para a padronização dos relatórios de sustentabilidade, ainda percebem-se diferenças de conteúdo, formatos e tamanhos entre os relatórios e o teor da relatoria. Com o objetivo de facilitar a divulgação de informações de sustentabilidade de forma mais comparável, o International Financial Reporting Standards (IFRS) estabeleceu em 2023 – através do International Sustainability Standards Boards (ISSB) – os padrões de reporte S1 e S2, para divulgação de riscos e oportunidades

relacionadas à sustentabilidade e ao clima, respectivamente¹.

No Brasil, a divulgação do relatório de sustentabilidade é voluntária para empresas de capital aberto. No entanto, a partir do exercício social iniciado em 2026, todas as companhias registradas na CVM, nas categorias A e B, deverão divulgar relatórios sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima, seguindo os padrões IFRS S1 e S2. O relatório poderá ser divulgado de forma voluntária, até o exercício social de 2025, com algumas flexibilizações previstas na regulação². Observa-se que a prática de divulgação, de forma voluntária, já é amplamente adotada pelas companhias de capital aberto, embora ainda sem contar com a padronização prevista pelas normas do ISSB.

Diante deste cenário, esta pesquisa investiga as práticas de divulgação de informações dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras de capital aberto, com foco no padrão de reporte e na distribuição temática das informações divulgadas, referentes aos anos de 2021 e 2022. Para tanto, foi estratificado o controle

acionário dessas empresas, seja de capital privado, estrangeiro ou estatal, bem como seus setores de atividade. Para atingir tal objetivo, foi utilizado o método de análise de conteúdo (mais detalhes sobre a metodologia na seção 6). Nesse método, o conteúdo dos relatórios é categorizado em cinco dimensões (perspectiva estratégica; ambiental; social; governança; e diretrizes do Tribunal de Contas da União), com suas respectivas categorias e citações. Cada citação indica um trecho de um determinado relatório que aborda informações sobre uma categoria específica. O Apêndice A detalha as dimensões e categorias consideradas na análise.

A pesquisa contribui ao revelar como as companhias abertas brasileiras estruturam e priorizam a divulgação de informações de sustentabilidade, evidenciando tópicos mais recorrentes, lacunas temáticas e diferenças entre tipos de controle acionário e setores, em um contexto de transição regulatória que exigirá maior padronização e transparência na divulgação de informações de sustentabilidade e seus impactos financeiros. A pesquisa está organizada da seguinte forma: a seção 2 apresenta os destaques dos principais resultados da análise. A seção 3 descreve o perfil da amostra. A seção 4 apresenta as análises segmentadas por dimensão. As considerações finais e a metodologia são apresentadas nas seções 5 e 6, respectivamente.

-
1. IFRS, "IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information", 2023; IFRS, "IFRS S2 Climate-related Disclosures", 2023.
 2. Brasil, Resolução CVM nº 217 e nº 218, 2024. Para mais informações sobre o assunto: IBGC, *Guia para conselheiros: normas de sustentabilidade IFRS S1 e S2*, 2024.

2. Destaques

De forma mais pontual, os principais achados indicam:

- **Ampla adoção das normas GRI:** Quase a totalidade dos relatórios (95%) declara seguir as normas da Global Reporting Initiative (GRI) para orientar seus relatos de sustentabilidade.
- **Foco nas dimensões ambiental e social:** A maior parte das informações divulgadas no total de relatórios analisados (contabilizadas em citações) refere-se às dimensões ambiental (38,3%) e social (37,0%), enquanto a governança corporativa recebe menor ênfase (24,7%).
- **Dimensão ambiental em evidência, mas com lacunas:** temas como “gestão de resíduos e efluentes”, “energia” e “mudanças climáticas” aparecem em 91% dos relatórios. Em contraste, “poluição” e “meta de desmatamento zero” recebem baixa atenção.
- **Relações com empregados lidera a dimensão social:** Presente em 100% dos relatórios, a categoria “relações com empregados” é a mais abordada, seguida de “saúde e segurança no trabalho” (94%). Já “ativismo corporativo” e “certificação Sistema B” são os temas menos explorados.
- **Dimensão governança corporativa foca em integridade e anticorrupção:** “Ética e integridade” (94%) e “canal de denúncias” (93%) são temas presentes em quase todos os relatórios analisados. No entanto, “anticorrupção” tem maior volume de informações divulgadas.
- **Estatais relatam mais sobre governança, mas menos sobre meio ambiente:** Empresas de controle estatal dedicam maior atenção à dimensão governança corporativa (29,6% do conteúdo dos seus relatórios), mas são as

que menos abordam aspectos ambientais (33,1%), em comparação às empresas de capital privado e estrangeiro. Já as empresas de capital privado apresentam maior reporte na dimensão ambiental (39,0%).

- **Estratégia de longo prazo ainda pouco evidenciada:** tópicos como “compromissos de longo prazo” e “reporte de progresso” têm presença tímida nos relatórios analisados, revelando desafios no alinhamento estratégico com metas sustentáveis de longo prazo.
- **Estatais incorporam diretrizes do TCU, mas ainda há pontos de melhoria:** as diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU) para elaboração de relatório integrado estão incorporadas pela maioria das estatais. No entanto, o tema

menos presente nos relatórios (53% das estatais da amostra) é “governança, estratégia e alocação de recursos”, que trata sobre como recursos e a estrutura de governança são alocados para atingir os objetivos estratégicos.

- **Setores de maior impacto ambiental lideram a divulgação sobre o tema:** Embalagens (54,7%), agricultura (53,8%) e extração mineral (52,3%) são os segmentos que mais reportam sobre meio ambiente.
- **Matriz de materialidade é pauta comum entre os setores:** Todos os setores divulgam informações sobre a “matriz de materialidade” em seus relatórios, com destaque para o setor de saneamento, água e gás, que lidera com 63,6% das citações.

3. Perfil da Amostra

A amostra desta pesquisa é composta por 296 relatórios de sustentabilidade de 209 empresas, dos quais 161 são referentes a 2021 e 135 a 2022, conforme apresentado no Gráfico 1³. Foram analisados 264 relatórios de empresas de capital privado, 19 relatórios de empresas estatais e 13 de empresas de capital estrangeiro, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 1. Quantidade de relatórios analisados por ano



Gráfico 2. Quantidade de relatórios analisados por tipo de controle



3. O número de relatórios difere entre os anos devido à disponibilidade dos relatórios no momento da coleta de dados. Além disso, algumas empresas passaram a divulgar os relatórios a partir de 2022.

A Figura 1 apresenta a quantidade de relatórios analisados por setor de atividade⁴. O setor de energia elétrica possui a maior proporção de relatórios da amostra (13,8%), seguido por serviços, transporte e logística (12,1%), construção civil (9,8%), comércio (8,8%) e bancos (6,7%). O Apêndice B detalha os setores de forma completa.

Figura 1. Quantidade de relatórios por setores da amostra



⁴. Os setores foram classificados de acordo com informações do formulário cadastral enviado pelas companhias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

⁵. Agrupa os setores com menos de 10 relatórios identificados na amostra.

4. Análises

As análises a seguir evidenciam, inicialmente, o panorama do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade e, em seguida, a divulgação de informações referentes a cinco dimensões: perspectiva estratégica, ambiental; social; governança corporativa; e diretrizes do TCU. Nesse sentido, é possível identificar os principais temas divulgados nos relatórios, tanto em abrangência na amostra, quanto em volume de informações divulgadas.

4.1 Panorama do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade

Nesta seção, são apresentadas análises gerais do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, referentes

às dimensões ambiental, social e de governança corporativa e seus desdobramentos, de acordo com os setores de atividades e controle acionário. Tais análises permitem compreender o panorama geral do conteúdo divulgado nos relatórios.

A Figura 2 apresenta uma nuvem de palavras, de modo que quanto maior a palavra, maior sua frequência. São destaques palavras que remetem à **dimensão ambiental**, como “energia” e “emissões”. Na **dimensão social**, palavras como “colaboradores” e “clientes” aparecem com maior exposição. Enquanto isso, na **dimensão governança corporativa**, as palavras “governança” e “risco” se destacam.

Figura 2. Nuvem de palavras do conteúdo dos relatórios

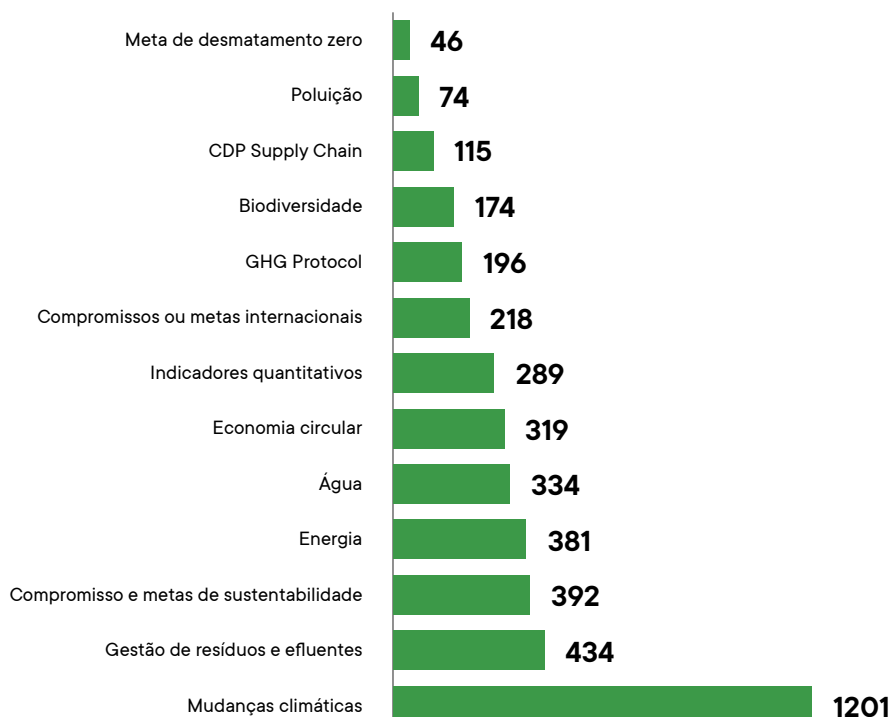


O Gráfico 3 apresenta as categorias de conteúdos que compõem as dimensões ambiental, social e governança corporativa e suas respectivas frequências de citações nos relatórios. Considerando a amostra de relatórios, a **dimensão ambiental** é a que possui maior volume de informações divulgadas, com 38,3% das citações entre as 3 dimensões. Das 13 categorias que compõem essa dimensão, a categoria “mudanças climáticas” aparece com a maior frequência, com 1.201 citações.

Na sequência, a **dimensão social** aparece de forma significativa (37,0%), com 12 categorias e destaque para a categoria “relações com empregados” (833 citações). Comparada às demais, a **dimensão governança corporativa** apresenta maior diversidade de categorias (17), contudo, sua frequência de citações é relativamente baixa (24,7%). A categoria “anticorrupção” apresenta maior volume de informações nessa dimensão, com 362 citações.

Gráfico 3. Distribuição das citações por dimensões e categorias nos relatórios de sustentabilidade

**DIMENSÃO
AMBIENTAL**
38,3%



**DIMENSÃO
SOCIAL**
37,0%



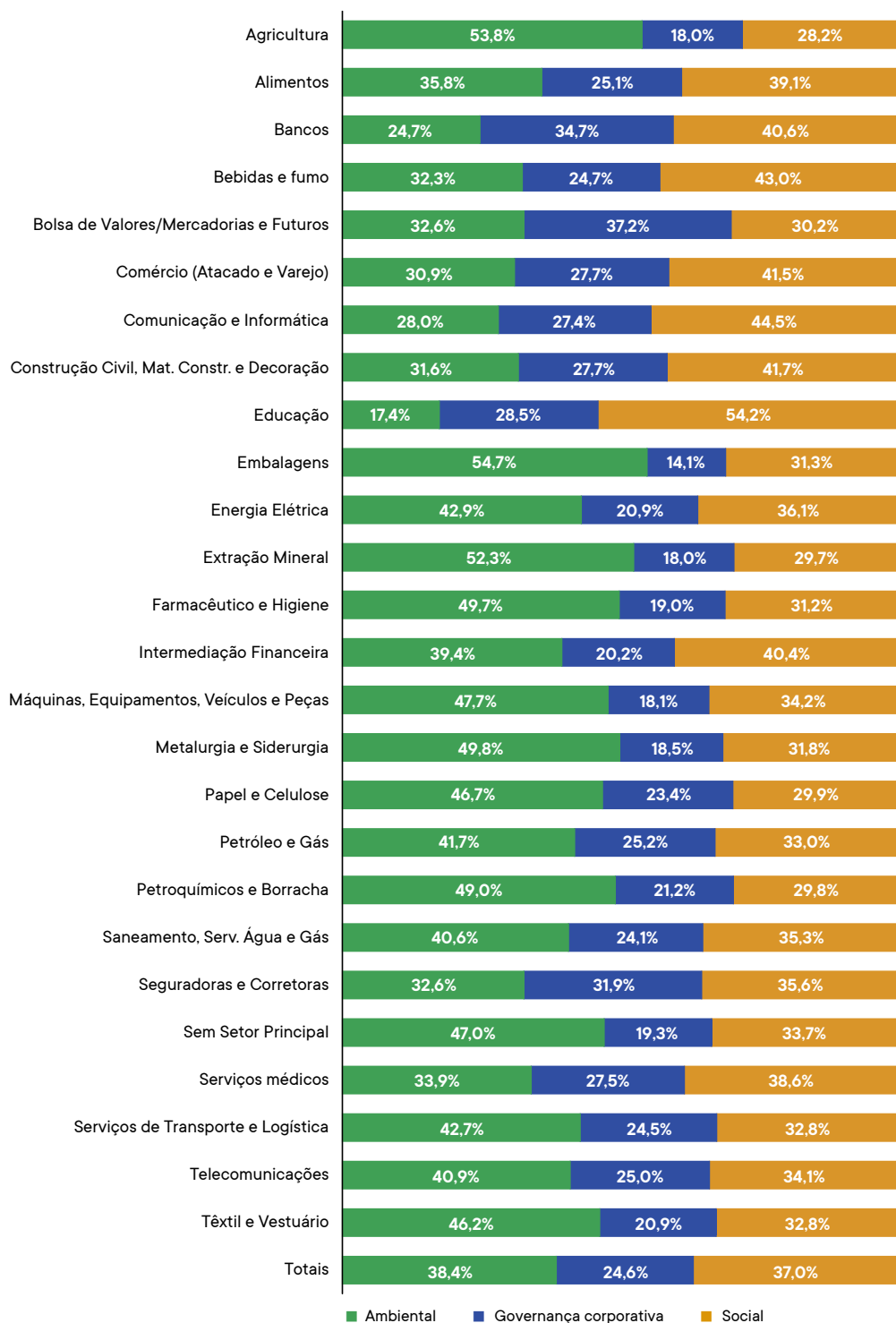
**DIMENSÃO
GOVERNANÇA
CORPORATIVA**
24,7%



Nota. As citações únicas relacionadas às dimensões ambiental, social e governança corporativa totalizam 10.232. Desse total, 3.914 referem-se à dimensão ambiental (38,3%), 3.787 à dimensão social (37,0%) e 2.531 à dimensão governança corporativa (24,7%). O total de citações não necessariamente reflete a soma das categorias, pois uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma categoria.

A distribuição das citações também varia por setor de atividade, de acordo com o Gráfico 4. Na divulgação de informações relacionadas à **dimensão ambiental**, destacam-se os setores de embalagens (54,7%), agricultura (53,8%) e extração mineral (52,3%). Por outro lado, os setores que dão maior ênfase para informações da **dimensão social** são educação (54,2%) e comunicação e informática (44,5%). Setores com atividades altamente reguladas, como bolsa de valores, mercadorias e futuros (37,2%) e bancos (34,7%), são os que apresentam maior evidenciação de informações relacionadas à **dimensão governança corporativa**.

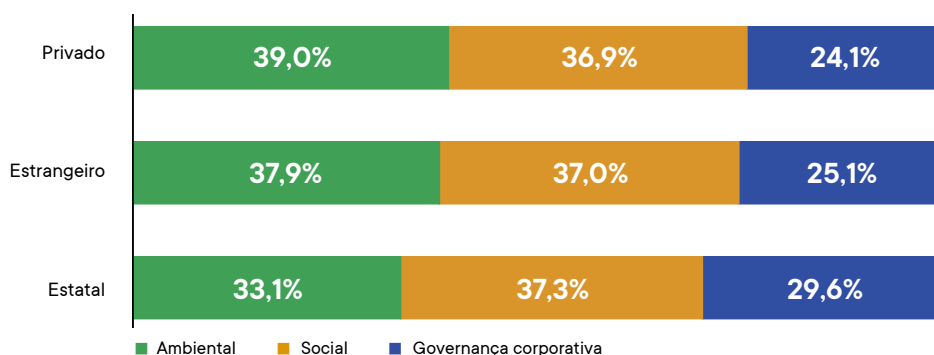
Gráfico 4. Distribuição das citações nas dimensões ambiental, social e governança corporativa por setor de atividade



Nota. Percentuais referentes a 10.232 citações únicas.

Adicionalmente, é possível analisar a distribuição das informações dos relatórios de sustentabilidade em relação à origem do capital controlador das empresas: privado, estrangeiro e estatal, conforme o Gráfico 5. Os relatórios das empresas de capital privado são os que mais reportam sobre a dimensão ambiental (39,0% das citações). Na **dimensão social**, há um certo equilíbrio no percentual de citações entre os diferentes tipos de controle acionário: empresas estatais (37,3% das citações); estrangeiras (37,0%) e privadas (36,9%). Os relatórios das empresas estatais são os que apresentam maior volume de informações referentes à dimensão **governança corporativa** (29,6% das citações nos relatórios).

Gráfico 5. Distribuição das citações nas dimensões ambiental, social e governança corporativa por controle acionário



Nota. Percentuais referentes a 10.232 citações únicas.

4.2 Perspectiva estratégica para sustentabilidade

A primeira dimensão considerada na análise de conteúdo dos relatórios é a perspectiva estratégica para a sustentabilidade, que envolve um conjunto planejado e integrado de ações para alcançar objetivos estratégicos relacionados à sustentabilidade e o reporte sobre o progresso no cumprimento de metas nesse sentido. Essa dimensão é composta por quatro categorias: “estratégias de sustentabilidade”; “matriz de materialidade”; “compromissos de longo prazo”; e “reporte de progresso”.

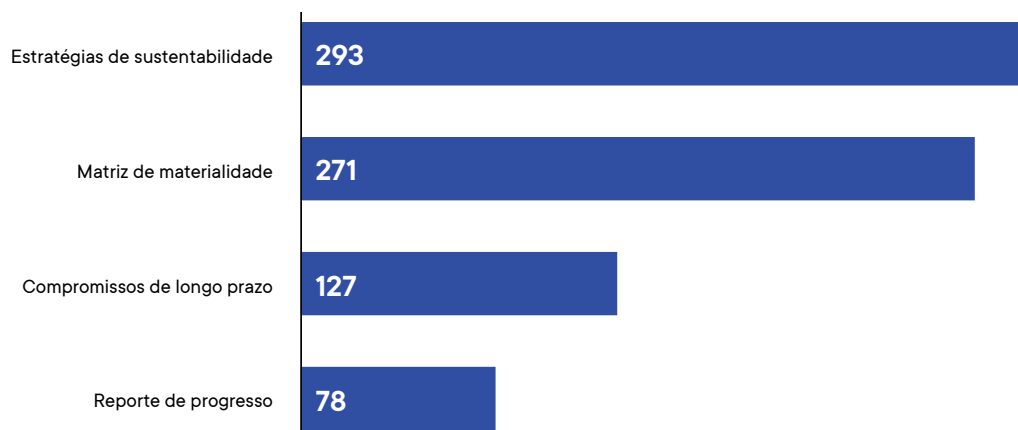
Conforme apresentado no Gráfico 6, foram identificadas 756 citações relacionadas à perspectiva estratégica⁶. Informações referentes às categorias “estratégias de sustentabilidade” e “matriz de materialidade” são mencionadas com maior frequência nos relatórios (293 e 271 citações, respectivamente). Em relação às “estratégias de sustentabilidade”, as empresas reportam seu compromisso e agenda de sustentabilidade, suas metas relacionadas às emissões, gestão ambiental, estratégias relacionadas aos produtos, ao desenvolvimento

de pessoas e critérios de governança e eficiência. Já a “matriz de materialidade” foi identificada nos relatórios analisados em 271 citações, comumente vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em alguns casos, a matriz aparece em destaque em mais de uma ocorrência no mesmo relatório, por exemplo, em sua revisão, em um primeiro momento, e aplicação na estratégia de sustentabilidade da empresa, posteriormente. Destaca-se nos relatórios que os temas materiais são definidos a partir de consulta e engajamento com *stakeholders*.

Por outro lado, em geral, as estratégias definidas são pouco associadas a “compromissos de longo prazo” (127 citações), que também estão vinculados à Agenda 2030, e o objetivo de redução da pegada de carbono até 2050. As estratégias identificadas contemplam ações e projetos com metas anuais, por exemplo, ou que contemplem um intervalo de aproximadamente cinco anos. Verifica-se ainda que “reporte de progresso” demonstra ser uma limitação na perspectiva estratégica, com apenas 78 citações nos relatórios. Assume-se como possíveis justificativas o desafio na mensuração de determinados fatores ambientais e sociais, a falta ou incompletude de dados históricos e a própria não evidenciação de dados.

6. Quantitativo referente às citações das categorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

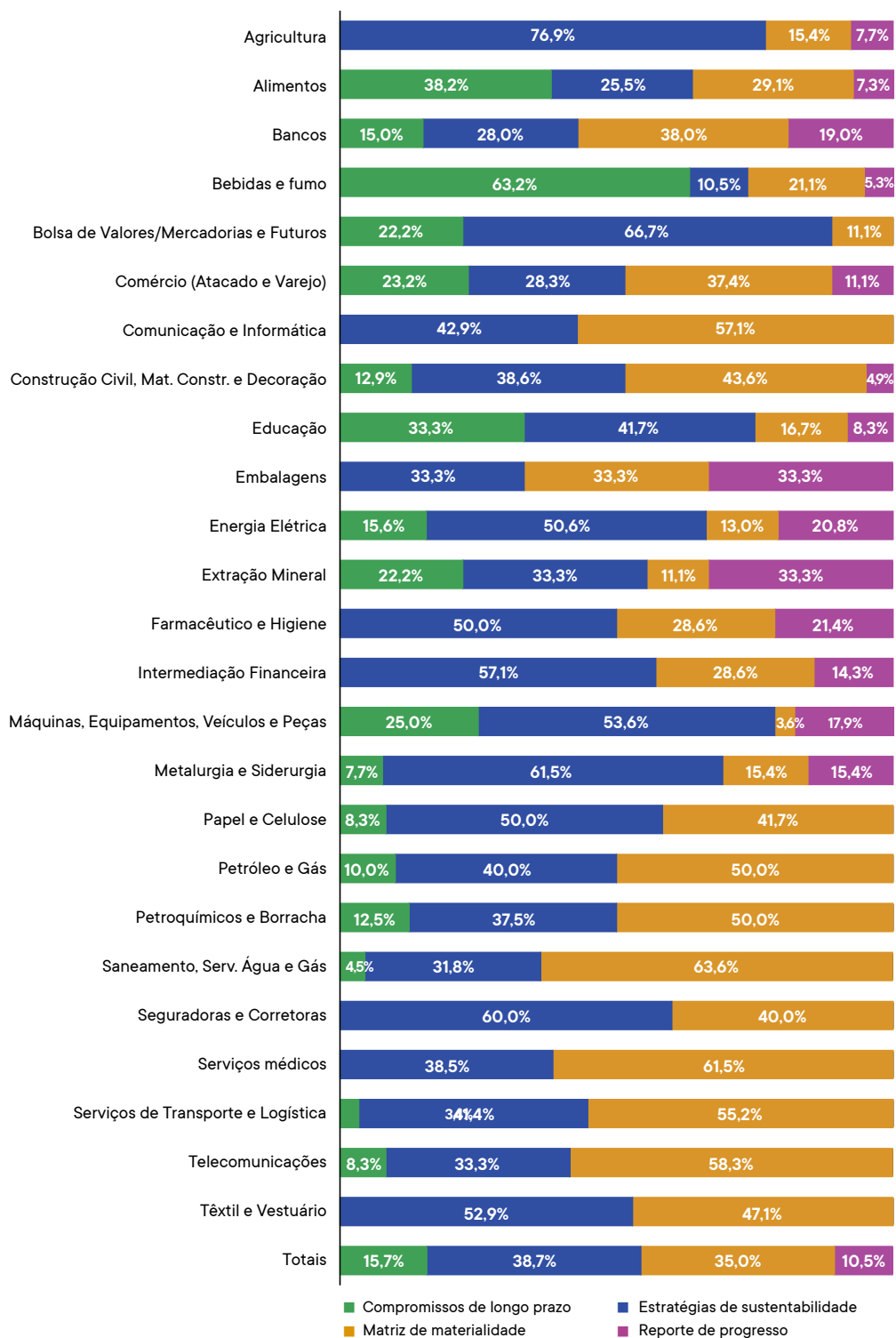
Gráfico 6. Quantidade de citações por categorias da dimensão perspectiva estratégica para a sustentabilidade



Nota. 756 citações únicas. Uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma categoria. Quantitativo referente às citações das categorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

O Gráfico 7 apresenta a distribuição, por setor, das citações das categorias relativas à perspectiva estratégica para a sustentabilidade. Destaca-se que, em todos os setores, há pelo menos uma citação referente à “matriz de materialidade” nos relatórios, sendo setores com maior percentual de citações: saneamento e serviços de água e gás (63,6%); serviços médicos (61,5%); e telecomunicações (58,3%). Por outro lado, “reporte de progresso” é ausente em muitos setores, e está mais presente nos setores de extração mineral (33,3%) e de embalagens (33,3%). Não foram encontradas citações relacionadas ao reporte de progresso, por exemplo, nos relatórios dos setores de comunicação e informática, serviços médicos e têxtil e vestuário. Isso demonstra que, possivelmente, são setores ainda em estágios iniciais na adoção da sustentabilidade na estratégia do negócio. Além disso, vale ressaltar que o setor de agricultura não declara compromissos de longo prazo, muito embora seja expressivo na divulgação de estratégias de sustentabilidade.

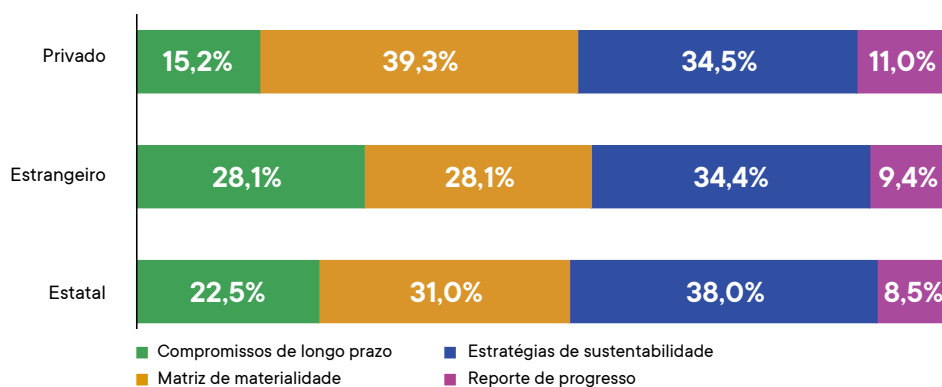
Gráfico 7. Distribuição das citações das categorias da dimensão perspectiva estratégica para a sustentabilidade por setor



Nota. Percentuais referentes a 756 citações únicas.

Por fim, o Gráfico 8 apresenta a distribuição das citações referentes à perspectiva estratégica, para cada tipo de controle acionário. Verifica-se que há uma distribuição percentual semelhante das categorias nessa dimensão, ou seja, o controle acionário não é um fator diferenciador. No entanto, vale ressaltar que o empresas de controle privado aparecem com o menor percentual (15,2%) de declaração de compromissos de longo prazo, enquanto estatais apresentam menor percentual de informações sobre reporte de progresso (8,5%).

Gráfico 8. Distribuição das citações da dimensão perspectiva estratégica para a sustentabilidade por controle acionário



Nota. Percentuais referentes a 756 citações únicas.

4.3. Dimensão ambiental

A **dimensão ambiental** contempla políticas, programas e iniciativas relacionadas à gestão ambiental, em consonância com as melhores práticas internacionais. Nessa dimensão, os relatórios divulgam informações sobre seu compromisso e desempenho em diferentes aspectos ambientais. São consideradas 13 categorias: “gestão de resíduos e efluentes”; “energia”; “mudanças climáticas”; “água”; “indicadores quantitativos”; “Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol)”; “compromisso e metas de sustentabilidade”; “economia circular”; “compromissos ou metas internacionais”; “biodiversidade”; “CDP Supply Chain”; “poluição” e “meta de desmatamento zero”.

A Tabela 1 expõe a porcentagem de relatórios que divulgam informações em cada uma das categorias analisadas, por ordem decrescente. Em praticamente todos os relatórios analisados (91%), são divulgadas informações das categorias “gestão de resíduos e efluentes”, “energia” e “mudanças climáticas”. Por outro lado, categorias como “poluição” e “meta de desmatamento zero” são as menos presentes na amostra (em 22% e 13% dos relatórios, respectivamente).

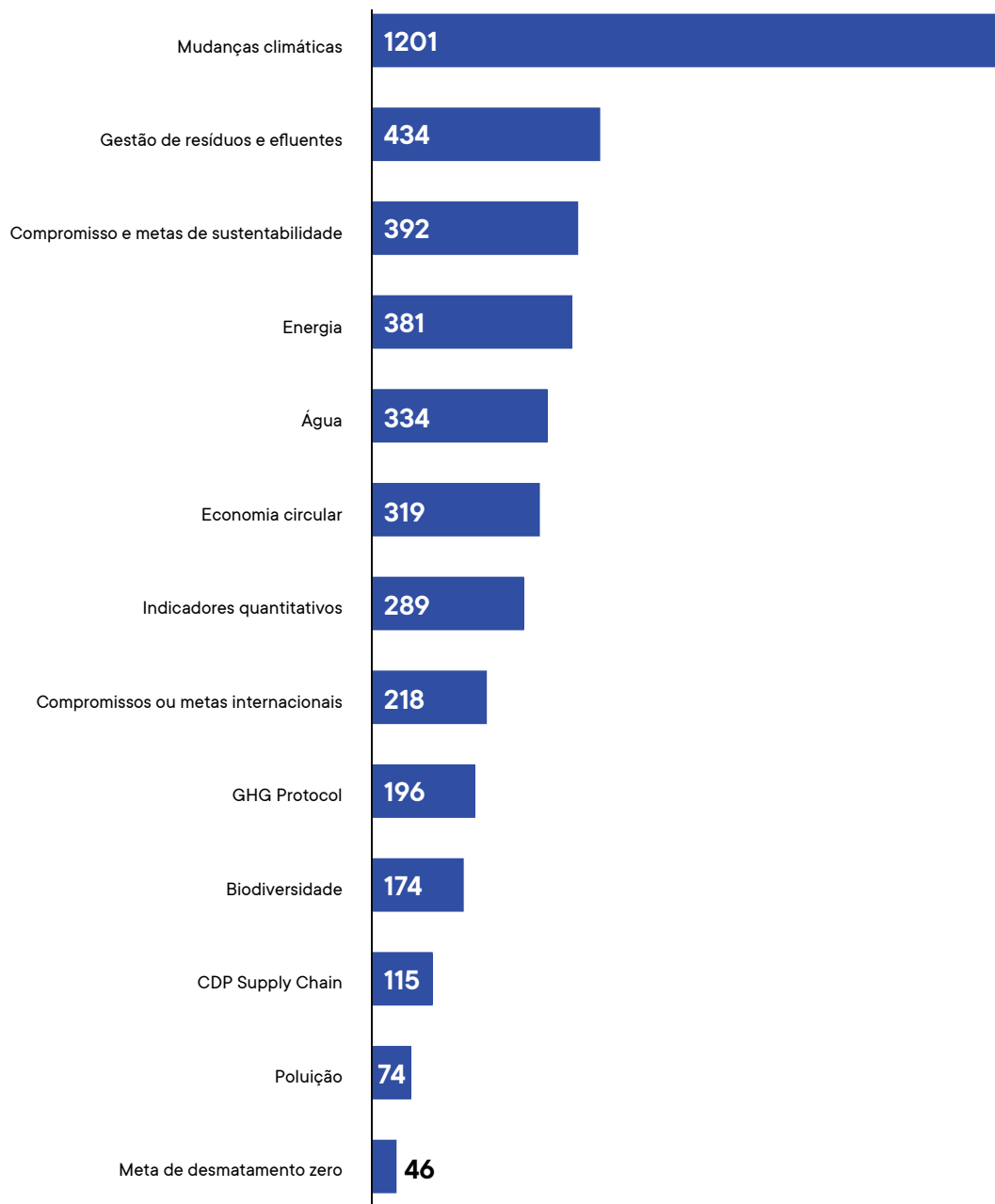
Tabela 1. Percentual de relatórios que divulgam informações relativas às categorias da **dimensão ambiental**

Categorias	Relatórios (%)
Gestão de resíduos e efluentes	91%
Energia	91%
Mudanças climáticas	91%
Água	83%
Indicadores quantitativos	71%
GHG Protocol	63%
Compromisso e metas de sustentabilidade	63%
Economia circular	51%
Compromissos ou metas internacionais	51%
Biodiversidade	50%
CDP Supply Chain	36%
Poluição	22%
Meta de desmatamento zero	13%

Nota. n = 296 relatórios

A quantidade de vezes em que cada categoria da **dimensão ambiental** foi identificada nos relatórios analisados, através das citações das informações, é apresentada no Gráfico 9. A categoria “mudanças climáticas” é expressivamente a mais representada, com 1.201 citações. Em seguida, está a categoria “gestão de resíduos e efluentes” (434 citações). A seguir, é detalhada a divulgação de informações referentes a cada uma das categorias da **dimensão ambiental** nos relatórios de sustentabilidade, em ordem decrescente de citações.

Gráfico 9. Quantidade de citações das categorias da dimensão ambiental

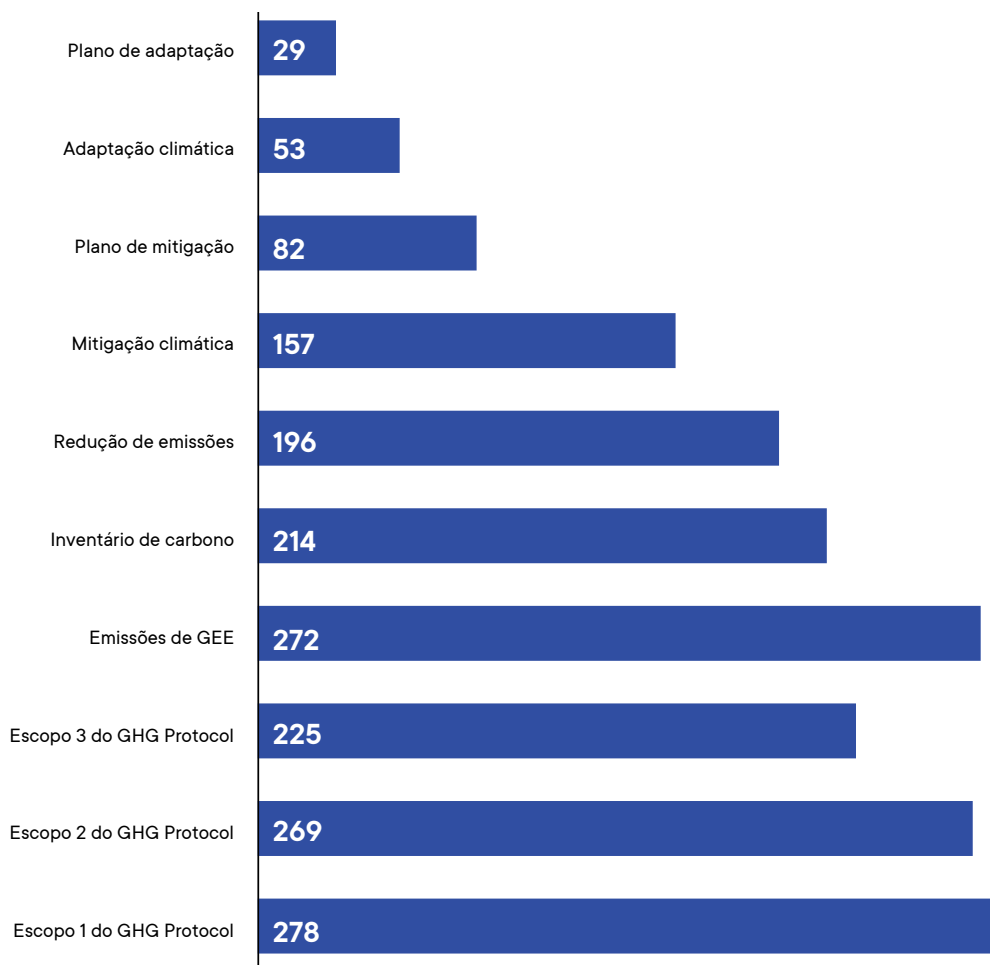


Nota. 3.914 citações únicas. Uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma categoria. Quantitativo referente às citações das categorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

“Mudanças climáticas”: esta categoria contém uma grande amplitude de práticas, o que leva a uma maior quantidade de citações codificadas nos relatórios. Tais

práticas foram identificadas em 10 subcategorias apresentadas no Gráfico 10, com suas respectivas quantidades de citações. Tais subcategorias tratam das estratégias de adaptação e mitigação climática das empresas, incluindo planos específicos, inventários e redução de emissões de GEE (escopos 1, 2 e 3), e respostas a riscos como escassez hídrica e eventos climáticos extremos. Observa-se, através das citações, que os relatórios divulgam um grande volume de informações referentes ao “GHG Protocol” (772 citações), às “emissões de GEE” (272), ao “inventário de carbono” (214) e aos compromissos de “redução de emissões” (196). Com uma menor cobertura nos relatórios estão informações relativas às subcategorias “adaptação climática” (53) e “plano de adaptação” (29). Assume-se que a extensão da temática relativa às mudanças climáticas se deva à sua relevância para a agenda ambiental das organizações, aliada à repercussão do tema devido a episódios de desastres naturais no Brasil e no mundo.

Gráfico 10. Quantidade de citações das subcategorias relativas à categoria “mudanças climáticas”

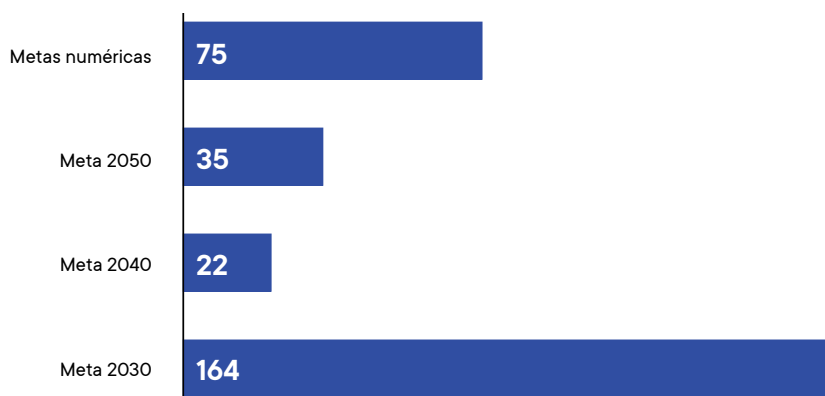


Nota. 1.201 citações únicas. Uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma subcategoria. Quantitativo referente às citações das subcategorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

“Gestão de resíduos e efluentes”: é mencionada em 91% dos relatórios, com 434 citações. De maneira geral, os relatórios citam a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e reportam sobre a gestão de resíduos, controle de substâncias perigosas, coleta e tratamento de sólidos e líquidos perigosos, descarte, redução, uso de subprodutos, reciclagem, reuso e reaproveitamento. Relatos mais completos incluem volume de resíduos e metas alcançadas. Por exemplo, um dos relatórios referentes a 2022 declara que: *“Alcançamos nossa meta de reciclagem de 2022, que era de 92%, chegando a 92,71%, e para 2023, mantivemos a meta e estabelecemos o objetivo de gradualmente buscar alcançar aterro zero nos CDs”*.

“Compromisso e metas de sustentabilidade”: foi identificada em 63% dos relatórios e 392 citações. As subcategorias identificadas incluem: “metas numéricas”; “metas 2030”; “metas 2040”; e “metas 2050”. Em sua maioria, especificam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visam alcançar. Conforme o Gráfico 11, as “metas 2030” são mencionadas com maior frequência (164 citações), seguidas de “metas 2050” (35) e “metas 2040” (22). Isso evidencia o maior foco nas metas de curto prazo, enquanto metas de longo prazo são menos abordadas pelas empresas. Poucos relatórios especificam “metas numéricas” (75), como meta percentual de redução de emissões ou de substituição de produtos poluentes, de forma a quantificar o compromisso assumido com a agenda de sustentabilidade. Tal evidência permite constatar que esse ainda é um desafio e um caminho a ser percorrido para as organizações analisadas.

Gráfico 11. Quantidade de citações das subcategorias de compromisso e metas de sustentabilidade



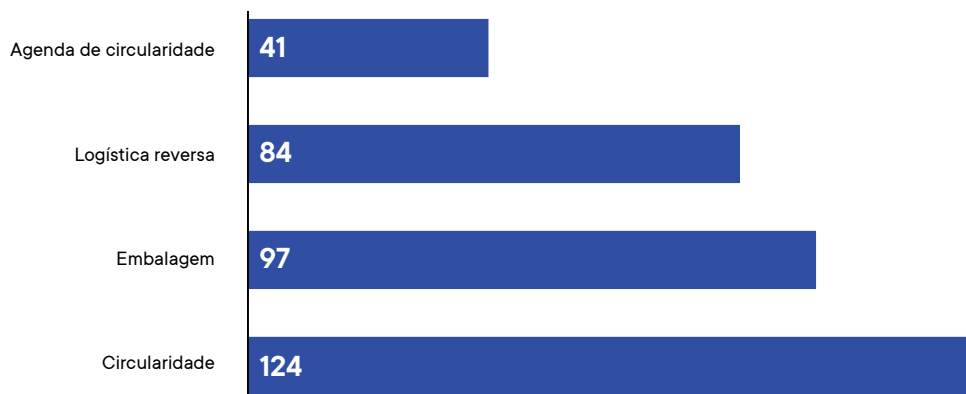
Nota. 218 citações únicas. Uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma subcategoria. Quantitativo referente às citações das subcategorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

“Energia”: nesta categoria, presente em 91% dos relatórios e 381 citações, destacam-se as fontes de energia renovável, em especial, a energia solar nos relatórios de sustentabilidade. Informações sobre consumo, eficiência e soluções para iluminação são também abordadas. Práticas mais avançadas em alguns setores visam o plano de autossuficiência em energia elétrica de fonte renovável da companhia. Um dos relatórios referentes a 2021, por exemplo, explica que: *“Contamos com uma planta de energia fotovoltaica em construção em São Paulo e outra em prospecção para implantação no Rio de Janeiro, que responderão por, respectivamente, 16% e 47% da energia consumida pelas unidades do Grupo nas duas cidades. O término da usina na capital paulista está previsto para julho de 2022, ao passo que a do Rio de Janeiro tem expectativa de operação a partir de 2023”*.

“Água”: as práticas relacionadas a esta categoria foram mencionadas em 83% dos relatórios e 334 citações. Envolvem a gestão de águas e efluentes ou gestão de recursos hídricos, e reportam sobre consumo de água, racionalização, redução e reutilização, tratamento, qualidade da água, manutenção de reservatórios, preservação de mares, lagoas e bacias hidrográficas, e captação de água (captação subterrânea, captação de água da chuva).

“Economia circular”: está presente em 51% dos relatórios e 319 citações. Refere-se ao reporte da agenda de circularidade, iniciativas de logística reversa, em que a organização se responsabiliza pela gestão dos produtos e pelas embalagens no pós-consumo, inovações em embalagem e modelo de negócio de circularidade, indo além de iniciativas isoladas de reciclagem. Nesse sentido, são identificadas quatro subcategorias, cujas identidades e quantidades de citações nos relatórios analisados encontram-se no Gráfico 12. Nota-se que embora as práticas de circularidade sejam as mais presentes em termos quantitativos (124 citações), a agenda não encontra a mesma correspondência (41 citações).

Gráfico 12. Quantidade de citações das subcategorias de “economia circular”



Nota. 218 citações únicas. Uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma subcategoria. Quantitativo referente às citações das subcategorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

A categoria “indicadores quantitativos” (presente em 71% dos relatórios, com 289 citações) diz respeito a quantitativos de emissões de gases, volumetria de resíduos, consumo de energia e água, por exemplo. Quanto à categoria “compromissos ou metas internacionais”, verifica-se que 51% dos relatórios reportam compromissos, em 218 citações, destacando-se a menção ao Pacto Global da ONU. Nesta amostra, os relatórios que reportam compromisso com a iniciativa *Science Based Targets* (SBTi), que se refere às metas baseadas na ciência para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), correspondem a 20% da amostra de relatórios. Além disso, a adoção de metodologia e diretrizes da “GHG Protocol” é mencionada em 63% dos relatórios, e a submissão ao “CDP Supply Chain” em 36% dos relatórios.

Em relação às categorias com menor expressão na evidenciação da **dimensão ambiental**, nota-se que a categoria “biodiversidade” (50% dos relatórios; 174 citações) é abordada por companhias de setores com maior impacto no meio ambiente (como construção civil, papel e celulose, saneamento e metalurgia e siderurgia), envolvendo iniciativas de proteção e conservação da biodiversidade. Concernente às práticas na categoria “poluição” (22% dos relatórios; 74 citações), observa-se que os relatos fazem menção a programas de controle e monitoramento de emissões atmosféricas, sendo que os mais completos demonstram o histórico e intensidades por categorias. Finalmente, a categoria “meta de desmatamento zero” foi encontrada em somente 13% dos relatórios e 46 citações, com a apresentação de políticas, projetos e compromissos nesse sentido.

No que diz respeito à evidenciação das categorias da **dimensão ambiental** por setor de atividade, é possível constatar que mais da metade dos setores presentes na amostra (53%) não relatam práticas de todas as categorias dessa dimensão. A categoria “mudanças climáticas”, que se destaca como a mais presente nos relatórios, é amplamente evidenciada pelos setores de embalagens (38,9%), energia elétrica (39,1%) e agricultura (41,3%). Por outro lado, os setores de bebidas e fumo (10,9%) e construção civil, materiais de construção e decoração (19,1%) são os que apresentam os menores níveis de reporte para essa categoria.

Em relação à categoria “compromisso e metas de sustentabilidade”, os setores de extração mineral (16,1%), máquinas, equipamentos, veículos e peças (16,1%) e bolsa de valores, mercadorias e futuros (26,7%) apresentam os maiores níveis de divulgação. A categoria “economia circular” não está presente nos reportes dos setores de bancos, bolsa de valores, mercadorias e futuros e educação. Por outro lado, apresenta-se de forma frequente nos setores de têxtil e vestuário (15,9%), farmacêutico e higiene (20,2%) e bebidas e fumo (25%)⁷.

7. Dados tabulados, porém, não reportados devido à limitação de espaço.

A Tabela 2 representa o percentual de divulgação de informações das categorias da **dimensão ambiental** nos relatórios de sustentabilidade, por controle acionário. Para todos os tipos de capital controlador (estatal, estrangeiro e privado), a categoria mais reportada nos relatórios de sustentabilidade é "mudanças climáticas". Nessa categoria, estatais e empresas de capital privado evidenciam de modo semelhante (29,1% das informações divulgadas referentes à dimensão ambiental são sobre mudanças climáticas) e ligeiramente maior do que empresas de capital controlador estrangeiro (27,3%). Destaca-se, ainda, que estatais reportam mais sobre "compromisso e metas de sustentabilidade" (11,5%) e "energia" (11,0%), em relação às demais. As empresas cuja origem do capital controlador é estrangeira reportam mais "indicadores quantitativos" (10,7%), enquanto as de capital privado reportam mais sobre "gestão de resíduos e efluentes" (10,5%) em relação às demais.

Tabela 2. Distribuição das informações divulgadas nas categorias da **dimensão ambiental** por controle acionário

Categoria	Capital controlador		
	Estatal	Estrangeiro	Privado
Mudanças climáticas	29,1%	27,3%	29,1%
Gestão de resíduos e efluentes	8,8%	7,7%	10,5%
Compromisso e metas de sustentabilidade	11,5%	10,7%	9,1%
Energia	11,0%	6,4%	9,0%
Água	7,0%	9,4%	7,9%
Economia circular	1,8%	9,4%	7,8%
Indicadores quantitativos	5,7%	10,7%	6,8%
Compromissos ou metas internacionais	6,6%	4,7%	5,3%
GHG Protocol	6,2%	4,3%	4,6%
Biodiversidade	3,5%	3,8%	4,3%
CDP Supply Chain	3,5%	2,1%	2,8%
Poluição	3,1%	1,3%	1,8%
Meta de desmatamento zero	2,2%	2,1%	1,0%
Total	100%	100%	100%

Nota. Percentual referente a 3.914 citações da dimensão ambiental no conjunto total dos relatórios.

4.4. Dimensão social

Na **dimensão social**, os relatórios divulgam seu compromisso e desempenho sobre o relacionamento com *stakeholders* e a responsabilidade social corporativa. São consideradas 12 categorias: “relações com empregados”; “saúde e segurança no trabalho”; “direitos humanos”; “risco cibernético”; “relacionamento com a comunidade”; “responsabilidade social”; “investimento social privado”; “ativismo corporativo”; “cadeia de suprimentos e fornecedores”; “responsabilização pelo produto e serviço”; “certificação Sistema B”⁸; e “indicadores quantitativos”.

A Tabela 3 expõe a porcentagem de relatórios que divulgam informações em cada uma das categorias analisadas, por ordem decrescente. As categorias presentes em praticamente todos os relatórios são: “relações com empregados” e “saúde e segurança no trabalho”, presentes em 100% e 94% dos relatórios, respectivamente. Por outro lado, as categorias menos presentes nos relatórios são: “certificação Sistema B” (4%) e “responsabilização pelo produto e serviço” (29%).

8. Certificação que reconhece empresas que assumem um compromisso de melhoria contínua em cinco áreas: governança; trabalhadores; clientes; comunidade; e meio ambiente. Mais informações sobre o Sistema B: <https://sistemabbrasil.org/seja-empresa-b/#:~:text=A%20Certifica%C3%A7%C3%A3o%20como%20Empresa%20B%20se%20torna%2C%20assim%2C%20uma%20consequ%C3%Aancia,dia%20a%20dia%20do%20neg%C3%B3cio>.

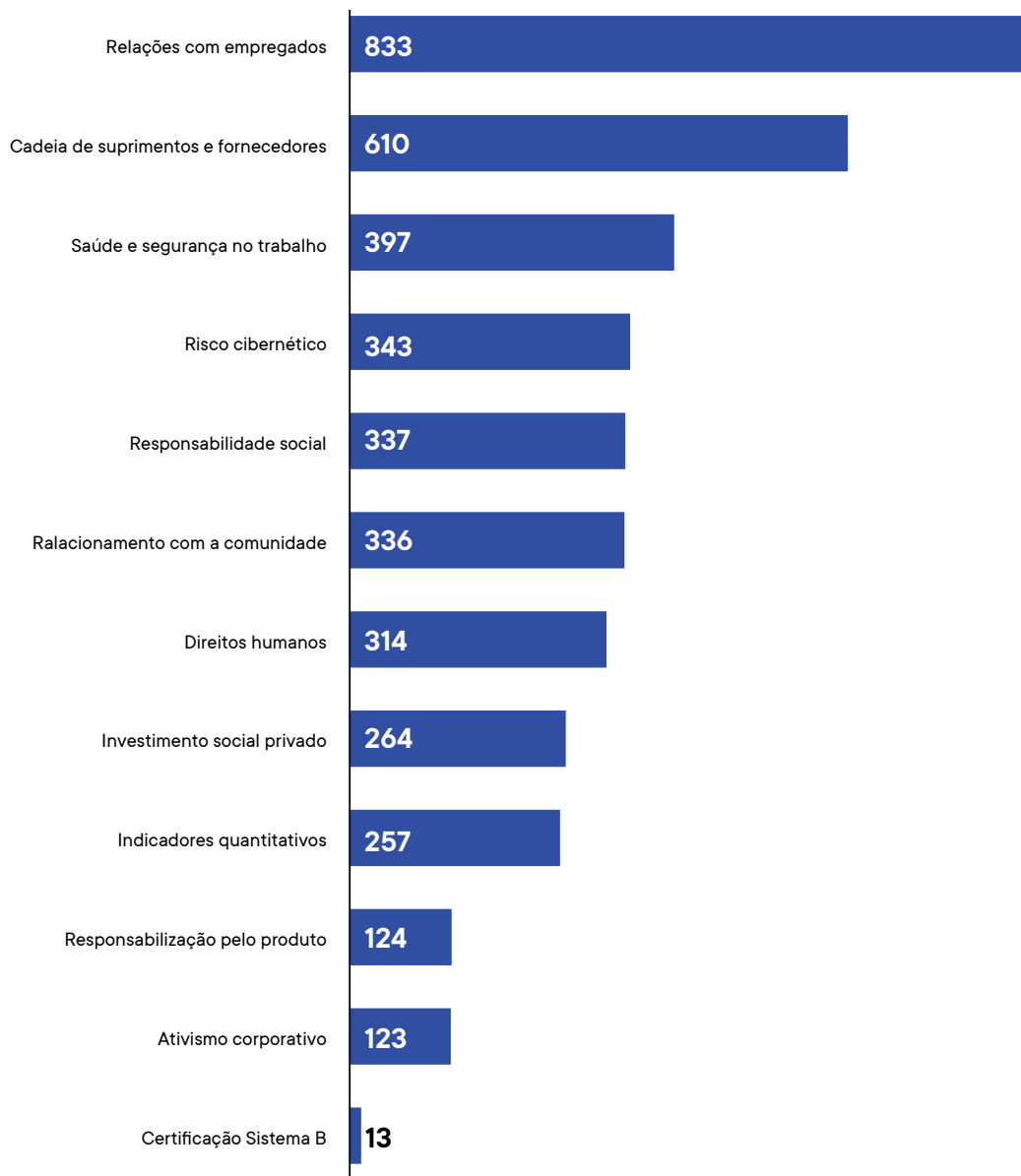
Tabela 3. Percentual de relatórios que divulgam informações relativas às categorias da **dimensão social**

Categorias	Relatórios (%)
Relações com empregados	100%
Saúde e segurança no trabalho	94%
Cadeia de suprimentos e fornecedores	88%
Relacionamento com a comunidade	82%
Responsabilidade social	79%
Investimento social privado	71%
Indicadores quantitativos	67%
Risco cibernético	66%
Direitos humanos	65%
Ativismo corporativo	32%
Responsabilização pelo produto e serviço	29%
Certificação Sistema B	4%

Nota. n = 296 relatórios

Também é possível verificar a quantidade de vezes que cada categoria foi identificada nos relatórios de sustentabilidade, através do número de citações, conforme apresentado no Gráfico 13. A seguir, é detalhada a divulgação de informações de cada uma das categorias da **dimensão social** nos relatórios de sustentabilidade, em ordem decrescente de citações.

Gráfico 13. Quantidade de citações das categorias da dimensão social



Nota. 3.787 citações únicas. Uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma categoria. Quantitativo referente às citações das categorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

“Relações com empregados”: esta é uma categoria presente em 100% dos relatórios e com uma quantidade expressiva de citações: 833. As políticas de recursos humanos incluem atração, retenção, capacitação, qualidade de vida, benefícios, avaliação de desempenho e cultura organizacional. A taxa de *turnover*, por exemplo, é informada em 65% dos relatórios analisados. Observou-se como destaque nos relatórios as políticas direcionadas à diversidade, equidade e inclusão, com predominância de diversidade de gênero e raça quanto aos colaboradores, de forma geral, e aos cargos de liderança, de maneira específica. Por exemplo, um dos relatórios analisados relata que: *“Proporcionar um ambiente diverso, inclusivo e com equidade a todas e todos é uma prioridade para nós. Conforme conclusões da due dilligence em direitos humanos, a multiculturalidade está presente no nosso cotidiano, o que traz ainda mais desafios para ações em diversidade, equidade e inclusão (DE&I). Assim, estabelecemos compromisso para 2030 dentro da dimensão de responsabilidade social e com os direitos humanos, de acordo com as particularidades em DE&I das regiões em que atuamos”*.

“Saúde e segurança no trabalho”: relatada em 94% dos documentos com 397 citações, é notória, nesta categoria, a evidenciação de práticas referentes

à integridade física dos colaboradores, como a prevenção de acidentes de trabalho, especialmente nos setores industriais. Porém, há organizações que reportam também sobre saúde psicossocial, bem-estar e cuidado integral dos funcionários. Para fins de ilustração, um determinado relatório referente a 2022 apresenta a seguinte redação: *“Contamos com um programa de saúde integral, que orchestra ações, benefícios com parceiros especializados e ações do time de Recursos Humanos para promover o bem-estar dos colaboradores por completo, a partir de diversas iniciativas. O Programa Viva Levemente é o principal guarda-chuva de iniciativas nesse sentido, com ações de promoção de saúde mental, emocional e física”*.

“Cadeia de suprimentos e fornecedores”: nesta categoria, presente em 88% dos relatórios com 610 citações, verifica-se que a seleção, o treinamento e o monitoramento dos fornecedores são desenvolvidos visando práticas sociais, ambientais e de governança. Os relatórios abrangem direitos humanos na cadeia de suprimentos, *compliance*, critérios de sustentabilidade, definição de compromissos, políticas, códigos de conduta, programas de educação, e diferentes formas de avaliação e classificação dos fornecedores. A evidenciação desta categoria, organizada em três subcategorias, revela que o treinamento de

fornecedores é a prática com menor extensão (12% das menções na categoria), quando comparada ao monitoramento (46%) e à seleção (42%)⁹.

“Responsabilidade social”, “relacionamento com a comunidade” e “investimento social privado”: são abordadas em cerca de 70 a 80% dos relatórios, contando com 312 citações, em média. Informam um número amplo de ações, programas e projetos referentes a investimento social privado. Incluem o desenvolvimento das pessoas nas comunidades e regiões em que a organização atua e parcerias com instituições de ensino, projetos sociais, organizações da sociedade civil, organizações públicas, entre outras. Os relatórios informam o montante investido pela companhia, no respectivo ano, nas práticas, projetos e iniciativas realizadas, e, em alguns casos, reportam a legislação ou política de incentivo relacionada à ação social, educacional ou cultural que está recebendo investimento.

“Risco cibernético”: presente em 66% dos relatórios, com 343 citações, esta categoria envolve políticas de privacidade e de segurança da informação, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), planos de proteção de dados, medidas de prevenção a ataques cibernéticos, gerenciamento de riscos cibernéticos, governança

de dados. Há uma preocupação das companhias com o aumento de ataques cibernéticos e tentativas de fraudes. Dentre as práticas relacionadas à segurança da informação, destacam-se:

- Criação de gerências e/ou comitês específicos;
- Desenvolvimento de plataformas e programas de proteção de dados;
- Centralização do armazenamento e gestão dos dados;
- Sistemas de monitoramento;
- Avaliação de impactos e riscos;
- Plano de resposta a incidentes;
- Investimento em infraestrutura e tecnologia;
- Conscientização, treinamento e desenvolvimento.

“Direitos humanos”: a política de direitos humanos é abordada em grande parte dos relatórios (65%), com 314 citações. As companhias adotam códigos de conduta para implementação na cadeia de suprimentos para combater trabalho escravo, trabalho infantil e outras práticas que não estão em consonância com os princípios de direitos humanos e as práticas trabalhistas. Embora haja uma ampla cobertura nos relatórios, apenas 8% deles informam o [link](#) direto de acesso à política de direitos

9. Dados não tabulados identificados na análise.

humanos. As companhias solicitam aos fornecedores que assinem códigos de conduta considerando a política de direitos humanos e ética da empresa. As práticas relacionadas ao tema que apontam para uma gestão mais avançada são as seguintes: diligência prévia (*due diligence*); avaliação de risco dos fornecedores; e consultas e entrevistas periódicas com trabalhadores terceirizados.

Por fim, as práticas associadas à categoria “responsabilização pelo produto e serviço”, relatada em 29% dos documentos com 124 citações, envolvem gestão da qualidade e segurança, consulta a clientes, índices de satisfação, conformidade, certificações e impactos socioambientais. Com o mesmo patamar de evidenciação, a categoria “ativismo corporativo” (32% dos relatórios e 123 citações) diz respeito especialmente ao relacionamento das organizações com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), incluindo o voluntariado dos colaboradores, doações e projetos sociais, frequentemente por meio dos institutos e fundações empresariais. Finalmente, a categoria “certificação Sistema B” abrange somente 13 companhias, envolvendo os setores de saneamento, transporte e logística, têxtil, comércio, comunicação e informática e metalurgia e siderurgia.

A análise da evidenciação das categorias da **dimensão social** por setor de atividade mostra que grande parte dos setores não relata todas as categorias relacionadas a essa dimensão (88,5%). Apenas as empresas vinculadas aos setores de comércio (atacado e varejo), saneamento, serviços de água e gás e têxtil e vestuário reportam práticas de todas as doze categorias que compõem essa dimensão. A categoria “relações com empregados” está presente de forma mais significativa nos relatórios das empresas dos setores de comunicação e informática (36,5%), bolsa de valores, mercadorias e futuros (30,7%) e construção civil, material de construção e decoração (29,0%). Já a categoria “cadeia de suprimentos e fornecedores” é reportada de maneira mais frequente nos setores de bebidas e fumo (25,9%), bolsa de valores, mercadorias e futuros (23,1%) e agricultura (20,8%). Os setores de alimentos (14,7%), construção civil, material de construção e decoração (14,0%) e petroquímicos e borracha (13,9%) são os mais representativos no reporte da categoria “saúde e segurança no trabalho”¹⁰.

10. Dados tabulados, porém, não reportados devido à limitação de espaço.

A Tabela 4 representa a evidenciação das categorias por controle acionário. Para todos os tipos de controle, as duas categorias mais divulgadas na **dimensão social** são “relações com empregados” e “cadeia de suprimentos e fornecedores”. A terceira categoria mais reportada, para estatais e empresas de capital estrangeiro, é “risco cibernético” (10,5% e 10,9%, respectivamente), enquanto para empresas de capital privado é “saúde e segurança no trabalho” (10,4%). A categoria com menor evidenciação pelas companhias (para todos os tipos de controle acionário) é a “certificação Sistema B”: não reportada pelas estatais; com apenas 0,4% de evidenciação por organizações de capital estrangeiro, e em 0,3% das práticas relatadas pelas empresas privadas. No Brasil, o Sistema B possui cerca de 330 empresas cadastradas, em geral, privadas de pequeno e médio porte¹¹.

Tabela 4. Distribuição das informações divulgadas nas categorias da **dimensão social** por controle acionário

Categoria	Capital controlador		
	Estatal	Estrangeiro	Privado
Relações com empregados	24,2%	15,3%	20,7%
Cadeia de suprimentos e fornecedores	16,8%	16,6%	15,2%
Saúde e segurança no trabalho	7,4%	7,0%	10,4%
Risco cibernético	10,5%	10,9%	8,2%
Responsabilidade social	5,5%	10,0%	8,8%
Relacionamento com a comunidade	7,8%	7,9%	8,7%
Direitos humanos	10,2%	9,6%	7,9%
Investimento social privado	4,7%	6,5%	6,9%
Indicadores quantitativos	7,0%	9,2%	6,5%
Certificação Sistema B	0,0%	0,4%	0,4%
Responsabilização pelo produto e serviço	2,3%	3,1%	3,2%
Ativismo corporativo	3,5%	3,5%	3,1%
Total	100%	100%	100%

Nota. Percentual referente a 3.787 citações da dimensão social no conjunto total dos relatórios.

11. Catálogo de Empresas B Brasileiras Certificadas (Sistema B Brasil, 2023)

4.5 Dimensão governança corporativa

A **dimensão governança corporativa** considera a divulgação de políticas, programas e estrutura de governança buscando atender às melhores práticas relacionadas à ética, transparência, anticorrupção, composição do conselho, riscos e outros aspectos relacionados à governança corporativa. Esta dimensão contempla 17 categorias, apresentadas na Tabela 5, com a indicação decrescente do percentual de relatórios que as divulgam. Nota-se que praticamente todos os relatórios analisados divulgam informações referentes às categorias “ética e integridade” (94%) e “canal de denúncias” (93%). Por outro lado, apenas 10% dos relatórios reportam sobre o selo Women on Board – concedida a empresas com pelo menos duas conselheiras – o que reflete o desafio de promover maior diversidade de gênero nos conselhos de administração. Ressalta-se que as categorias “carta anual de políticas públicas” e “carta de governança corporativa” foram consideradas apenas para as empresas estatais da amostra, por serem requisitos de transparência da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

Tabela 5. Percentual de relatórios que divulgam informações relativas às categorias da **dimensão governança corporativa**

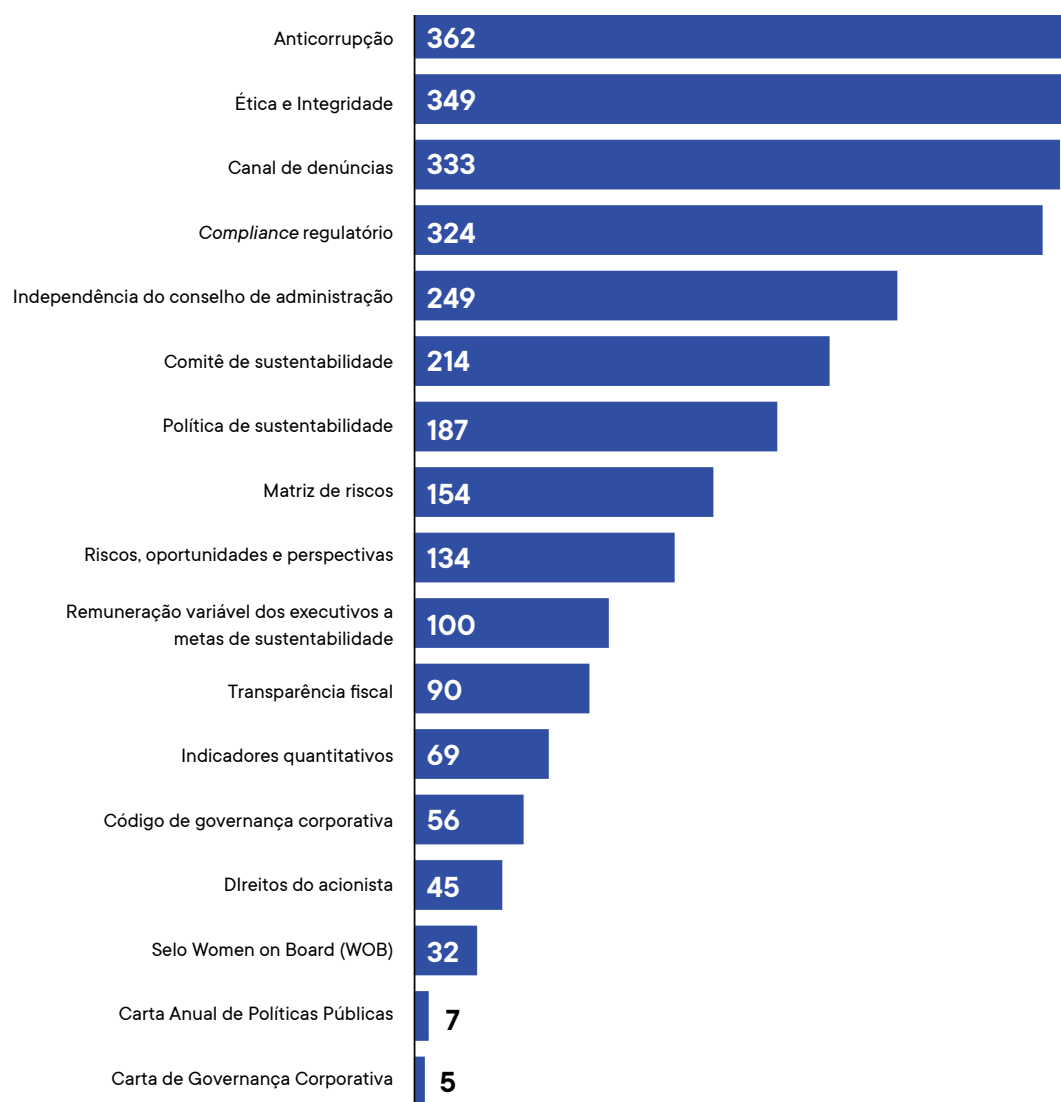
Categorias	Relatórios (%)
Ética e Integridade	94%
Canal de denúncias	93%
Independência do conselho de administração	80%
Anticorrupção	78%
Carta Anual de Políticas Públicas	63%
Carta de Governança Corporativa	63%
<i>Compliance regulatório</i>	56%
Política de sustentabilidade	54%
Comitê de sustentabilidade	52%
Matriz de riscos	41%
Remuneração variável dos executivos atrelada a metas de sustentabilidade	32%
Riscos, oportunidades e perspectivas	26%
Transparência fiscal	24%
Indicadores quantitativos	20%
Código de governança corporativa	18%
Direitos do acionista	12%
Selo Women on Board (WOB)	10%

Nota. n = 296 relatórios

Nota. Os percentuais das categorias “carta anual de políticas públicas” e “carta de governança corporativa” referem-se à amostra de relatórios de empresas estatais (n = 19).

O Gráfico 14 indica a quantidade de citações de cada categoria nos relatórios analisados, o que reflete o volume de informações divulgadas sobre cada tema. Os relatórios analisados divulgam, principalmente, informações referentes às categorias: “anticorrupção” (362 citações); “ética e integridade” (349); “canal de denúncias” (333); e “*compliance* regulatório” (324). A seguir, é detalhada a divulgação de cada uma das categorias da dimensão governança corporativa nos relatórios de sustentabilidade, em ordem decrescente de citações.

Gráfico 14. Quantidade de citações das categorias da dimensão governança corporativa



Nota. 2.531 citações únicas. Uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma categoria. Quantitativo referente às citações das categorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

Nota. As citações das categorias “carta anual de políticas públicas” (7) e “carta anual de governança” (5) referem-se apenas aos 19 relatórios de empresas estatais.

A categoria com maior quantidade de citações (362) é “anticorrupção”. Embora não seja a categoria que está presente em maior número de relatórios (abordada em 78% dos documentos), a quantidade de citações indica que essa é a categoria com maior volume de informação divulgada no conjunto de relatórios da amostra. Essa categoria se divide em duas subcategorias: informações gerais sobre medidas anticorrupção e informações específicas sobre a quantidade de denúncias de corrupção. Na primeira, citada em 62% dos relatórios, são reportadas políticas, comitês, códigos de conduta, programas e sistemas de gestão relacionados à anticorrupção. Na segunda, citada em 56% dos relatórios, são divulgadas informações mais específicas sobre canal de denúncia, mecanismos de queixas e quantidade de denúncias recebidas.

Na sequência, a categoria “ética e integridade”, presente em praticamente todos os relatórios da amostra (94%), também apresenta grande quantidade de citações (349). Essa categoria abrange conflitos de interesse, relacionamento com partes interessadas e transparência. A estrutura de governança, as práticas de gestão e o “canal de denúncias” ou outros tipos de diálogos com os *stakeholders* também são reportados em quase todos os relatórios (93%, sendo citados 333 vezes).

A categoria “*compliance* regulatório” tem um número significativo de citações (324), embora pouco mais da metade dos relatórios (56%) reporte práticas nessa categoria. Estão também incluídas iniciativas denominadas como programa de ética, de integridade ou de *compliance* e melhores práticas de governança corporativa, incluindo menção ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A “independência do conselho de administração” é uma categoria presente em 80% dos relatórios (249 citações). A maioria dos relatórios reporta que há, pelo menos, 20% de membros independentes no conselho. Algumas companhias também mencionam o percentual de conselheiras, além de informações sobre a composição do conselho, incluindo tamanho e identificação dos membros.

A categoria “comitê de sustentabilidade” compreende a menção ao órgão de assessoramento ao conselho¹², divulgada em 52% dos relatórios (214 citações). Verificou-se que esse comitê pode ser posicionado de forma estatutária na estrutura de governança da companhia, atuando na assessoria do conselho de administração, no planejamento de ações e na integração da agenda à estratégia do negócio. A “política de

12. Também pode ser denominado como comitê de ESG.

sustentabilidade”, divulgada em 54% dos relatórios (187 citações), informa sobre compromissos e estratégias de sustentabilidade, os objetivos do desenvolvimento sustentável e questões prioritárias para a política de sustentabilidade das organizações. Vale ressaltar que a presença do comitê não necessariamente indica a presença da política de sustentabilidade.

Em relação à “matriz de riscos”, observa-se que essa categoria é abordada em 41% dos relatórios (154 citações). Envolve o mapeamento, avaliação e formas de mitigação de riscos, além de identificação de oportunidades. Os riscos são categorizados por tipo de risco, potencial impacto (por exemplo, escalas de alto a baixo risco) e tolerância conforme seu impacto. Também são divulgadas as práticas relativas às estratégias a serem adotadas para cada tipo de risco e nível de tolerância. Os relatórios também divulgam a periodicidade da realização do inventário de riscos e informações sobre a estrutura de governança, como o comitê de risco e auditoria ou comitê de *compliance* responsável.

Já a categoria “riscos, oportunidades e perspectivas”, presente em 26% dos relatórios (134 citações), identifica quais são os riscos e oportunidades específicas que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como

a organização lida com esses riscos. Informações nessa categoria são requeridas para as estatais, porém, estão também presentes nos relatórios de empresas de capital estrangeiro e privado. São destaques nos relatórios as políticas de gerenciamento de risco, riscos climáticos e associados à corrupção. Por exemplo, em um relatório referente a 2021 é divulgado o seguinte: *“Dentre os procedimentos adotados para a gestão de riscos socioambientais, destacam-se os realizados no processo de concessão de crédito e no processo de contratação de fornecedores, nas fases de análise, contratação e acompanhamento das operações e contratos, estabelecidos em normativos específicos de cada área. Além disso, os contratos incluem cláusulas relacionadas à ética, à responsabilidade socioambiental, aos direitos humanos e à comprovação de origem e destinação ambientalmente regular dos materiais”*.

Na categoria referente à “remuneração variável atrelada a metas de sustentabilidade, presente em 32% dos relatórios (100 citações), é informado se o CEO e outros gestores recebem bônus (ou outro tipo de remuneração variável) relacionado a metas de sustentabilidade. As metas mais mencionadas são relacionadas à redução das emissões de gases de efeito estufa, descarbonização, mudanças climáticas, e diversidade e inclusão. A “transparência fiscal” é reportada em 24% dos relatórios (90

citações), e trata-se principalmente da política fiscal, do conselho fiscal e abordagens e estratégias tributárias. Há, em poucos casos, a menção à adesão ao Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU.

Em relação às categorias com menor frequência nos relatórios analisados, nota-se que a adesão ao “código de governança corporativa” (em 18% dos relatórios, 56 citações) é reportada por empresas de diferentes setores e tipos de controle. Os “direitos do acionista” (em 12% dos relatórios, 45 citações) registram a estrutura societária, informações do estatuto social e assembleia de acionistas, bem como canais de comunicação como relações com investidores. O “selo Women on Board (WOB)”¹³ é identificado em apenas 10% dos relatórios analisados (32 citações), e trata-se do reconhecimento para as empresas que têm a presença de mulheres no conselho de administração, sendo concedida para aquelas que tenham pelo menos duas conselheiras efetivas. Por fim, as categorias “carta anual de políticas públicas” e a “carta de governança corporativa” são analisadas no contexto das estatais e são mencionadas diretamente em 63% dos 19 relatórios de estatais verificados nessa pesquisa¹⁴.

13. Para mais informações, acesse: <https://wobwomenonboard.com>

14. Tais documentos são requeridos, dentre critérios mínimos de transparência, pela Lei Federal nº 13.303 de 2016 (Lei das Estatais).

Ao analisar a evidenciação da **dimensão governança corporativa** sob a perspectiva setorial, percebe-se que o setor de energia elétrica é o único que reporta informações em todas as 17 categorias dessa dimensão. A categoria “anticorrupção” é reportada de maneira mais recorrente por empresas dos setores petroquímicos e borracha (24,1%), serviços médicos (21,7%) e serviços de transporte e logística (20,9%). As categorias “ética e integridade” e “canal de denúncias” são as únicas categorias reportadas por todos os setores. “Ética e integridade” está presente de forma mais significativa nos relatórios de empresas dos setores de embalagem (22,2%), comunicação e informática (18,7%) e seguradoras e corretoras (18,7%), enquanto “canal de denúncias” aparece nos setores farmacêutico e de higiene (16,7%), máquinas e equipamentos (16,7%) e metalurgia e siderurgia (16,3%)¹⁵.

A Tabela 6 representa a evidenciação das categorias da **dimensão governança corporativa**, por controle acionário. Em comparação às outras dimensões analisadas, a dimensão governança apresenta maior variabilidade na distribuição de suas categorias, em relação ao tipo de controle acionário. As categorias de maior volume de evidenciação são,

15. Dados tabulados, porém, não reportados devido à limitação de espaço.

para as estatais: “anticorrupção” (14,7%) e “compliance regulatório” (14,7%). Para as empresas privadas, são destaques: “anticorrupção” (13,5%) e “ética e integridade” (13,2%). Por sua vez, as organizações de capital estrangeiro reportam mais nas categorias “canal de denúncias” (12,2%) e “compliance regulatório” (11,5%).

Em contraste, as categorias com menor evidenciação nos relatórios das empresas estatais são: “selo Women on Board (WOB)” (0,0%), “presença de indicadores quantitativos” e “remuneração variável dos executivos” (2,4% ambos). Para as empresas privadas, as categorias menos evidenciadas são “selo Women on Board (WOB)” (1,4%) e “direitos do acionista” (1,6%). Para as empresas de capital controlador estrangeiro, as categorias menos reportadas são: “direitos do acionista” e “selo Women on Board (WOB)” (0,6% para cada).

Tabela 6. Distribuição das informações divulgadas nas categorias da **dimensão governança** por controle acionário

	Estatal	Estrangeiro	Privado
Anticorrupção	14,7%	10,9%	13,5%
Canal de denúncias	10,9%	12,2%	12,7%
Carta anual de políticas públicas ¹⁶	3,3%	Não se aplica	Não se aplica
Carta de governança corporativa ¹⁶	2,4%	Não se aplica	Não se aplica
Selo Women on Board (WOB)	0,0%	0,6%	1,4%
Código de governança corporativa	2,4%	7,1%	2,2%
Comitê de sustentabilidade	4,7%	7,1%	8,3%
Compliance regulatório	14,7%	11,5%	11,3%
Direitos dos acionistas	2,4%	0,6%	1,6%
Ética e integridade	11,8%	9,0%	13,2%
Independência do conselho de administração	5,7%	8,3%	9,6%
Matriz de riscos	5,2%	8,3%	5,4%
Política de sustentabilidade	8,1%	7,1%	6,8%
Indicadores quantitativos	2,4%	5,8%	2,4%
Remuneração variável dos executivos	2,4%	3,2%	3,9%
Riscos, oportunidades e perspectivas	6,2%	7,7%	4,6%
Transparência fiscal	2,8%	7,1%	3,0%
Total	100%	100%	100%

Nota. Percentual referente a 2.531 citações da dimensão governança corporativa no conjunto total dos relatórios.

16. Requisito específico para as estatais, de acordo com a Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

4.6. Dimensão Diretrizes do TCU

As diretrizes adotadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) indicam informações que devem constar nos relatórios de sustentabilidade de empresas estatais em cinco categorias: “governança, estratégia e alocação de recursos”; “mensagem do dirigente máximo da unidade”; “resultados e desempenho da gestão”; “riscos, oportunidades e perspectivas”; e “visão geral organizacional e ambiente externo”. Tais diretrizes têm como base a Estrutura Internacional para Relato Integrado, desenvolvida pelo International Integrated Reporting Council (IIRC)¹⁷. Para a análise dessa dimensão, foram considerados apenas os relatórios de sustentabilidade divulgados por empresas de controle estatal da amostra.

A Tabela 7 indica o percentual de relatórios de estatais que mencionam cada uma das categorias. As recomendações sobre a “visão geral organizacional e ambiente externo” e “mensagem do dirigente máximo da unidade” são atendidas pela totalidade de relatórios de organizações estatais (100%).

Tabela 7. Percentual de relatórios que divulgam informações relativas às categorias da dimensão Diretrizes do TCU

Diretrizes TCU	Relatórios que mencionam
Visão geral organizacional e ambiente externo	100%
Mensagem do dirigente máximo da unidade	100%
Riscos, oportunidades e perspectivas	95%
Resultados e desempenho da gestão	84%
Governança, estratégia e alocação de recursos	53%

Nota. n = 19 relatórios

As diretrizes da categoria “visão geral organizacional e ambiente externo” compreendem aspectos estratégicos para as companhias, identificadas em oito subcategorias, estratificadas em ordem decrescente de citações, conforme Gráfico 15. Destacam-se como subcategorias com maior volume de informações nos relatórios: a estrutura de governança (22,3%); determinação da materialidade das informações (20,2%); e estrutura organizacional (17,0%). Tais categorias, juntamente com a subcategoria identificação da unidade prestadora de contas (6,4%), se referem a aspectos também cobertos pelos padrões de relatoria mais utilizados pelas organizações no Brasil, como a GRI, o Relato Integrado e o SASB.

¹⁷. Tribunal de Contas da União, *Relatório de Gestão: guia para elaboração na forma de relatório integrado*, 2022.

Por outro lado, são reduzidas as informações concernentes às subcategorias cadeia de valor (7,4%) e ambiente externo (9,6%), o que pode indicar um desafio no levantamento e no tratamento de dados nesse sentido. Enquanto isso, a subcategoria de menor evidenciação, políticas e programas de governo (6,4%), é relatada por apenas 6 organizações, do setor de energia e bancos.

Gráfico 15. Quantidade de citações das subcategorias de visão geral organizacional e ambiente externo

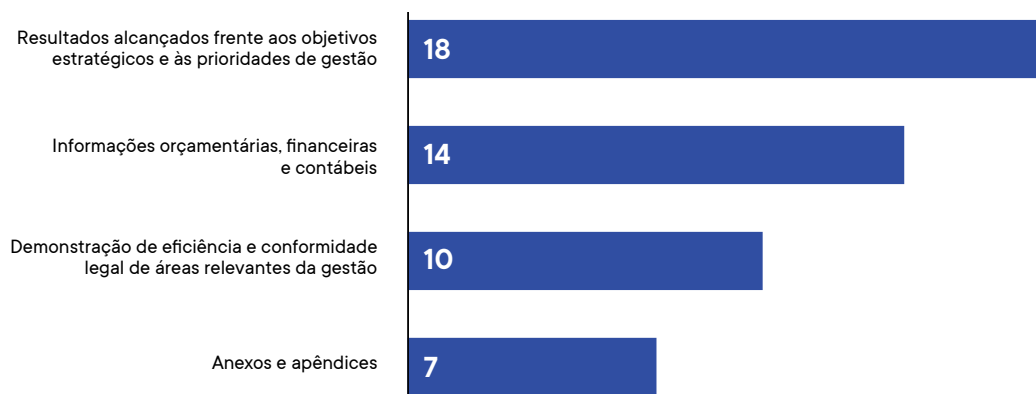


Nota. 94 citações únicas. Uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma subcategoria. Quantitativo referente às citações das subcategorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

A segunda categoria mais abordada pelos relatórios diz respeito à “mensagem do dirigente máximo da unidade”, a qual é apresentada pela totalidade dos relatórios. A evidenciação nesta categoria pode ser considerada um indicativo do comprometimento da alta liderança com as informações e as iniciativas expostas no relatório de sustentabilidade. Na sequência, a categoria “riscos, oportunidades e perspectivas”, também analisada na dimensão governança corporativa, trata de políticas de gestão de riscos e atuação de comitês relevantes e é abordada em praticamente todos os relatórios analisados (95%).

A categoria “resultados e desempenho da gestão”, presente em 84% dos relatórios, contempla a gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e infraestrutura, gestão da tecnologia da informação, gestão de custos e sustentabilidade ambiental. É dividida em quatro subcategorias, apresentadas no Gráfico 16, em ordem decrescente da quantidade de citações nos relatórios analisados. É notório que as informações relativas ao desempenho do negócio – resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e informações orçamentárias, financeiras e contábeis – são aquelas de maior evidenciação (18 e 14 citações, respectivamente). Em contrapartida, demonstração de eficiência e conformidade legal e anexos e apêndices, que podem atestar as informações apresentadas, assim como a de outras áreas relevantes, possuem menor presença nos relatórios (10 e 7 citações, respectivamente).

Gráfico 16. Quantidade de citações das subcategorias de “resultados e desempenho da gestão”



Nota. 49 citações únicas. Uma mesma citação pode ser codificada em mais de uma subcategoria. Quantitativo referente às citações das subcategorias, não necessariamente representa o quantitativo de relatórios.

Finalmente, a dimensão de diretrizes do TCU também inclui a categoria “governança, estratégia e alocação de recursos”, presente em pouco mais da metade dos relatórios (53%). Tal categoria considera informações referentes aos objetivos estratégicos da organização e como ela planeja alcançá-los, incluindo a alocação de recursos e a implementação de programas e iniciativas. Além disso, aborda como a estrutura de governança apoia a realização desses objetivos, principalmente por meio de processos de gestão de risco e supervisão da gestão.

5. Considerações finais

A presente pesquisa teve por objetivo analisar as práticas de divulgação de informações dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras de capital aberto, nos anos de 2021 e 2022. As análises permitiram identificar o padrão de divulgação mais adotado pelas companhias, além das dimensões, categorias e subcategorias mais frequentes na temática de sustentabilidade.

Verificou-se que 95% dos 296 relatórios de sustentabilidade analisados declaram orientar suas publicações pelo padrão GRI. Além disso, os relatórios evidenciam mais aspectos da **dimensão ambiental** (38,3% do total de citações). Nessa dimensão, o aspecto mais divulgado é sobre “mudanças climáticas”, presente em 91% dos relatórios. Tal categoria é amplamente evidenciada pelos setores de agricultura (41,3% do conteúdo dos relatórios), energia elétrica (39,1%) e embalagens (38,9%).

Na **dimensão social**, verificou-se maior divulgação de informações sobre “relações com empregados” e “cadeia de suprimentos e fornecedores”, presentes em 100% e 88% dos relatórios, respectivamente. Apenas as empresas vinculadas aos setores de comércio (atacado e varejo), saneamento, serviços de água e gás e têxtil e vestuário reportam práticas de todas as doze categorias que compõem a dimensão social.

Na **dimensão governança corporativa**, as categorias mais evidenciadas são “ética e integridade” e “canal de denúncias”, presentes em 94% e 93% dos relatórios, respectivamente. Em termos de quantidade de citações, a categoria “anticorrupção” é a mais citada (362) nos relatórios. As categorias “ética e integridade” e “canal de denúncias” são as únicas reportadas em relatórios de todos os setores analisados.

Portanto, os relatórios analisados apontam alguns padrões, como a predominância de categorias relacionadas à **dimensão ambiental**, especialmente em mudanças climáticas. Adicionalmente, notou-se o foco nos *stakeholders* internos, em relação à **dimensão social** e às questões associadas à ética e aos canais de denúncias, na **dimensão governança corporativa**.

6. Metodologia

Para analisar a divulgação de informações de relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras de capital aberto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, utilizando o método de análise de conteúdo. Foram analisados 296 relatórios de sustentabilidade de companhias abertas brasileiras. Desse total, 161 referem-se ao ano de 2021 e 135, ao ano de 2022. O número de relatórios difere entre os anos devido à disponibilidade dos relatórios no momento da coleta de dados. Além disso, algumas empresas passaram a divulgar os relatórios a partir de 2022. Os relatórios foram coletados em 2023, diretamente do *website* de relações com investidores de cada companhia. Para a análise de conteúdo, foram definidas dimensões, categorias e subcategorias de análise, baseadas em normas da Global Reporting Initiative (GRI) e na estrutura adotada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para o relatório integrado das Unidades Prestadoras de Contas (UPC). A partir dessas

estruturas de relato, as dimensões e categorias finais para análise foram definidas pelos pesquisadores. As dimensões são: perspectiva estratégica para sustentabilidade, social, ambiental, governança corporativa e diretrizes do TCU.

A análise gerou o total de 15.498 citações categorizadas em 127 códigos de análise, agrupados nas referidas dimensões. Cada citação indica um trecho de um determinado relatório que aborda informações referentes a uma categoria, sem necessariamente citá-la de forma literal.

As análises são apresentadas considerando, principalmente, dois aspectos: i) o percentual de relatórios de sustentabilidade que abordam cada categoria; e ii) a quantidade de citações associadas a cada categoria, no conjunto de relatórios. Além disso, são destacadas as principais práticas e conteúdo divulgado pelas companhias, nas respectivas categorias analisadas.

Inicialmente, os relatórios foram analisados minuciosamente por três pesquisadores, identificando-se as práticas da companhia considerando as categorias de análise pré-definidas. Posteriormente, a codificação realizada foi validada por duas pesquisadoras, buscando-se acurácia na interpretação dos dados dos relatórios. Utilizou-se o *software* ATLAS.ti, versão 24, como suporte para as análises.

Referências

BRASIL. Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Resolução CVM nº 217, de 29 de outubro de 2024. Aprova o Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2024. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/200/resol217.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

____. Resolução CVM nº 218, de 29 de outubro de 2024. Aprova o Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2024. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/200/resol218.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

IFRS (International Financial Reporting Standards). “IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information”, 2023. Disponível em < <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s1-general-requirements.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards-issb/english/2023/issued/issbs1/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

____. “IFRS S2 Climate-related Disclosures”, 2023. Disponível em < <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s2-climate-related-disclosures.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards-issb/english/2023/issued/issbs2/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SISTEMA B BRASIL. Catálogo de Empresas B Brasileiras Certificadas. Disponível em: < <https://sistemabrasil.org/empresas-b/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. “Relatório de Gestão: guia para elaboração na forma de relatório integrado”, 3 ed., 2022. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/relatorio-de-gestao-guia-para-elaboracao-na-forma-de-relatorio-integrado>>. Acesso em 05 mai. 2025.

Apêndices

Apêndice A. Dimensões e categorias da análise de conteúdo

Dimensão	Categoria	Reporte sobre
Perspectiva estratégica para sustentabilidade	Compromissos de longo prazo	Compromissos vinculados à Agenda 2030 e redução da pegada de carbono.
	Estratégias de sustentabilidade	Estratégias ambientais e sociais, como metas de emissões, gestão ambiental e desenvolvimento de pessoas.
	Matriz de materialidade	Matriz de materialidade e sua correlação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
	Reporte de progresso	Progresso em relação aos objetivos de sustentabilidade.
Ambiental	Água	Gestão da água, incluindo captação, uso, descarte e impactos, com foco em metas, políticas públicas e contextos locais.
	Biodiversidade	Compromissos e ações para conter a perda da biodiversidade, com políticas, metas e indicadores para monitoramento nas operações e cadeia de valor.
	CDP Supply Chain	Adesão ao programa CDP Supply Chain, que avalia impactos da empresa e fornecedores em relação a emissões, recursos hídricos e gestão de resíduos.
	Compromissos e metas de sustentabilidade	Metas e compromissos de sustentabilidade assumidos, especialmente aqueles com prazos definidos, como 2030, 2040 ou 2050.
	Compromissos ou metas internacionais	Metas ou compromissos de alcance internacional, principalmente aqueles relacionados à descarbonização da cadeia de valor. Inclui metas globais e certificações.
	Economia circular	Modelo de negócio voltado para a circularidade, com ações que geram valor econômico com menor impacto ambiental. Considera se há uma agenda clara de circularidade.
	Energia	Impactos relacionados ao uso de energia e o gerenciamento desses impactos, abrangendo aspectos como o consumo interno e externo da organização e a intensidade energética.
	GHG Protocol	Adoção do GHG Protocol, um conjunto de padrões e ferramentas para medir e gerenciar emissões de gases de efeito estufa relacionadas às atividades humanas.
	Gestão de resíduos e efluentes	Gerenciamento de resíduos e efluentes, incluindo informações sobre a quantidade gerada e tratamento e descarte.
	Indicadores quantitativos	Presença de indicadores quantitativos, tais como emissão de GEE, resíduos gerados, consumo de água.
	Meta de desmatamento zero	Ações para evitar o desmatamento na cadeia produtiva, incluindo a gestão de fornecedores diretos e indiretos, além da existência de planos concretos e metas mensuráveis.
	Mudanças climáticas	Ações de adaptação e mitigação climática, com foco na redução de GEE, planos de mitigação, inventário de carbono e dados dos escopos 1, 2 e 3 do GHG Protocol.
	Poliuição	Emissão de poluentes pela empresa, especialmente aqueles liberados diretamente por suas operações. Não inclui emissões de gases de efeito estufa.

Dimensão	Categoria	Reporte sobre
Social	Ativismo corporativo	Relacionamento com organizações da sociedade civil, incluindo voluntariado, doações e projetos sociais realizados diretamente ou por meio de institutos e fundações empresariais.
	Cadeia de suprimentos e fornecedores	Gestão de impactos sociais na cadeia de fornecimento, com critérios de seleção, avaliação de fornecedores e medidas corretivas quando necessário.
	Certificação Sistema B	Certificação da organização pelo Sistema B.
	Direitos humanos	Compromissos com os direitos humanos, com a divulgação de políticas e ações para prevenir violações nas operações e na cadeia de valor.
	Investimento social privado	Ações, programas e projetos de investimento social privado.
	Indicadores quantitativos	Presença de indicadores quantitativos, tais como percentual de fornecedores selecionados a partir de critérios sociais e de operações com iniciativas de engajamento da comunidade.
	Relações com empregados	Relacionamento com empregados, incluindo políticas de gestão de pessoas e indicadores como a taxa de <i>turnover</i> (rotatividade de funcionários).
	Relacionamento com a comunidade	Relacionamento com comunidades, engajamento, avaliação de impactos sociais e de gênero, programas de desenvolvimento local, canais de diálogo e identificação de impactos negativos.
	Responsabilidade social	Ações, programas e projetos de responsabilidade social corporativa.
	Responsabilização pelo produto e serviço	Qualidade, segurança, certificações, satisfação dos clientes e impactos socioambientais dos produtos e serviços.
	Risco cibernético	Gestão da segurança da informação, incluindo ataques cibernéticos e riscos cibernéticos que possam afetar suas operações.
	Saúde e segurança no trabalho	Gestão de riscos à saúde e segurança de empregados e terceiros, incluindo sistemas, processos, medidas preventivas, treinamentos, indicadores e acesso a serviços de saúde.

Dimensão	Categoria	Reporte sobre
Governança corporativa	Anticorrupção	Medidas de combate à corrupção e quantidade de denúncias associadas recebidas.
	Canal de denúncias	Denúncias recebidas relativas a assédio, preconceito, discriminação e corrupção.
	Carta Anual de Políticas Públicas	Menção à carta, requisito para estatais, no relatório de sustentabilidade.
	Carta de Governança Corporativa	Menção à carta, requisito para estatais, no relatório de sustentabilidade.
	Selo Women on Board (WOB)	Obtenção do selo WOB, obtido quando há presença de pelo menos 2 mulheres no conselho.
	Código de governança corporativa	Adesão a algum código de governança corporativa.
	Comitê de sustentabilidade	Presença do comitê de sustentabilidade e instância de reporte.
	Compliance regulatório	Iniciativas relacionadas ao programa de <i>compliance</i> .
	Direitos do acionista	Estrutura societária, estatuto social e assembleia de acionistas e relações com investidores.
	Ética e Integridade	Políticas relacionadas à ética e integridade, especialmente relativas a conflitos de interesses, relacionamento com partes interessadas e transparência.
	Independência do conselho de administração	Métricas relativas a membros independentes no conselho de administração.
	Matriz de riscos	Matriz de riscos com riscos estratégicos relacionados ao negócio.
	Política de sustentabilidade	Existência de políticas de sustentabilidade.
	Indicadores quantitativos	Presença de indicadores quantitativos, tais como proporção da remuneração total anual, proporção de diversidade gênero no conselho, número capacitações sobre combate à corrupção.
	Remuneração variável dos executivos atrelada a metas de sustentabilidade	Remuneração variável do CEO e outros executivos atrelada a metas de sustentabilidade.
	Riscos, oportunidades e perspectivas	Riscos e oportunidades que impactam a geração de valor no curto, médio e longo prazo, e as estratégias para gerenciá-los.
	Transparência fiscal	Alinhamento da abordagem tributária às estratégias de negócios e sustentabilidade. Equilíbrio entre obrigações fiscais e princípios éticos.

Dimensão	Categoria	Reporte sobre
Diretrizes do TCU (somente para empresas estatais)	Governança, estratégia e alocação de recursos	Estratégia, alocação de recursos e papel da governança no apoio à geração de valor pela organização.
	Mensagem do dirigente máximo da unidade	Mensagem do dirigente máximo da empresa de controle estatal.
	Resultados e desempenho da gestão	Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos, com demonstração da eficiência, conformidade legal, e informações orçamentárias, financeiras e contábeis relevantes.
	Riscos, oportunidades e perspectivas	Políticas de gestão de riscos e atuação de comitês relevantes (ex. auditoria, riscos)
	Visão geral organizacional e ambiente externo	Estrutura organizacional, modelo de negócio, governança, cadeia de valor, políticas públicas relacionadas, ambiente externo e critérios para determinação da materialidade.

Apêndice B. Quantidade de relatórios por setores da amostra

Setores	Relatórios	%
Energia elétrica	41	13,8%
Serviços, transporte e logística	35	12,1%
Construção civil, material constr. e decoração	29	9,8%
Comércio (atacado e varejo)	26	8,8%
Bancos	20	6,7%
Máquinas, equipamentos, veículos e peças	15	5,1%
Saneamento, serviços de água e gás	14	4,7%
Alimentos	12	4,0%
Têxtil e vestuário	11	3,7%
Agricultura	10	3,4%
Petróleo e gás	9	3,0%
Metalurgia e siderurgia	8	2,7%
Serviços médicos	8	2,7%
Farmacêutico e higiene	7	2,4%
Telecomunicações	7	2,4%
Extração mineral	6	2,0%
Papel e celulose	6	2,0%
Seguradoras e corretoras	6	2,0%
Comunicação e informática	5	1,7%
Educação	4	1,3%
Intermediação financeira	4	1,3%
Petroquímicos e borracha	4	1,3%
Sem setor principal	3	1,0%
Bebidas e fumo	2	0,7%
Bolsas de valores/mercadorias e futuros	2	0,7%
Embalagens	2	0,7%
Total	296	100%



Av. das Nações Unidas, 12.551
21º andar - São Paulo - SP
CEP 04578-903
São Paulo e região 11 3185 4200
Outras localidades 4020 1733
e-mail: ibgc@ibgc.org.br
www.ibgc.org.br

A divulgação de relatórios de sustentabilidade visa engajar os *stakeholders* e evidenciar o compromisso das empresas com práticas sociais, ambientais e econômicas. Mais do que comunicar ações positivas, esses relatórios demandam transparência quanto aos impactos negativos e às estratégias adotadas para mitigá-los. Diante desse contexto, esta pesquisa analisa os relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras de capital aberto, com foco no padrão de reporte adotado e na distribuição temática das informações divulgadas nos anos de 2021 e 2022.

